



Notas sobre a turistificação do centro da Cidade do Rio de Janeiro – séculos XIX e XX

Denise de Moraes Bastos¹
Bernardo Lazary Cheibub²

Resumo: Apoiado no referencial teórico de Milton Santos, especialmente nas categorias de “estrutura”, “processo”, “função”, “forma” e “rugosidade”, este artigo busca examinar a turistificação do centro da cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos séculos XIX e XX. Utiliza como fontes documentais dois guias de viagem, um de 1882 (Guia do Viajante no Rio de Janeiro, da Gazeta de Notícias) e outro de 1979 (Rio Antigo – Roteiro turístico-cultural do centro da cidade, da Embratur), tentando estabelecer comparações de forma a identificar permanências e rupturas na paisagem turística do centro da cidade. Percebeu-se a influência dos dois guias analisados na “turistificação” da cidade, considerando as diferenças contextuais de cada período e as intencionalidades distintas das publicações.

Palavras-Chave: Rio de Janeiro, Turistificação, Guia de Viagem, Século XIX, Século XX.

Notes on the touristification in the city center of Rio de Janeiro - 19th and 20th centuries

Abstract: Supported by Milton Santos’ theoretical framework, especially in the categories of “structure”, “process”, “function”, “form” and “rugosity”, this article seeks to examine the touristification of downtown Rio de Janeiro. It uses as documentar sources two travel guides, one from 1882 (Traveler’s Guide in Rio de Janeiro, from Gazeta de Notícias) and the other from 1979 (Old Rio – downtown tourist-cultural itinerary, from Embratur), trying to establish comparisons in order to identify continuities and ruptures in the tourist landscape of the city center. It was noticed the influence of the two guides analyzed in the “touristification” of the city, considering the contextual differences of each period and the different intentions of publications.

Keywords: Rio de Janeiro, Touristification, Travel Guide, 19th Century, 20th Century.

1 Assistente de Pesquisa do Arquivo Nacional. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo (Ppgtur) da Universidade Federal Fluminense (UFF). bastos.denise@uol.com.br

2 Professor e pesquisador da Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF, compondo o quadro permanente do Ppgtur. Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo Cpdoc/FGV, com doutorado sanduíche na Universidade de Surrey. Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG. bernardocheibub@id.uff.br



Introdução

A região central da cidade do Rio de Janeiro recebeu, ao longo dos seus mais de quatrocentos e cinquenta anos de existência, uma série de intervenções pontuais e outras resultantes de planos urbanísticos, que foram alterando as feições de sua paisagem e ressignificando-a ao sabor de cada época. Nomeadas por parte do poder público como melhoramentos e embelezamentos, as intervenções urbanísticas foram empreendidas com vistas a confirmar a importância da região central da cidade que, por mais de duzentos anos, desfrutou do *status* de capital do Brasil. Em paralelo, processos de apropriação dos espaços e territórios para o turismo foram desencadeados a partir de um olhar turístico (URRY, 1990) sobre a cidade que se atualiza conforme ela se transforma. Na tentativa de compreender os complexos processos que presidiram as iniciativas de turistificação (KNAFOU, 1996) do centro da cidade do Rio de Janeiro, este artigo se fixa no papel que os guias de viagem exercem na produção simbólica de territórios para o turismo.

A compreensão sobre como os espaços turísticos são construídos foi fortemente marcada no Brasil pelos trabalhos do arquiteto Roberto Boullón, especialista internacional em turismo que, a partir da segunda metade da década de 1980, ministrou diversos cursos no país, convidado pelo governo brasileiro. Para Boullón (1985, p. 65),

[...] o espaço turístico é a consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais a planta turística, é suficiente para definir o espaço turístico de qualquer país.

A definição sugere que o espaço turístico de um país é um dado naturalizado e não esclarece a partir de quais processos históricos e dinâmicas sociais os atrativos turísticos de um lugar são construídos material e simbolicamente. Segundo Aguinaldo Cesar Frattuci (2014b, p. 92), é a partir do espaço “que os agentes sociais do turismo produzem seus processos de turistificação que resultam em territórios do turismo, os quais se revelam como destinos turísticos”. O mesmo autor argumenta que o turismo “se compõe dos movimentos e das paradas dos turistas pelo espaço” (2014a, p. 45) e acrescenta que

[...] nesses momentos de paradas ocorre o processo de territorialização do visitante, quando ele se apropria, mesmo que fugidamente, dos elementos do espaço visitado a partir da sua lógica reticular, onde se fixa em alguns pontos enquanto ignora outros (2014b, p. 92).



O interesse deste artigo recai nos momentos que antecedem a experiência de territorialização dos turistas, situação em que outros agentes sociais do turismo - Estado, mercado e, no caso de uma das fontes documentais estudadas, os próprios moradores das cidades - por meio de materiais intencionalmente produzidos para turistas, buscam orientar o olhar para aquilo que deve ser visitado. É razoável supor que alguns desses materiais mantêm um diálogo com as políticas públicas de turismo; muitos são desdobramentos dessas políticas, outros informam os estudos que as precedem. Em ambos os casos colaboram para criar uma memória desses lugares, nos moldes do que nos alerta D'Alessio (1998, p. 272), para quem “lugares e objetos materiais aparecem como imutáveis, portanto como fatores de estabilidade capazes de referenciar pessoas garantindo-lhes identidade”.

Metodologia

O presente artigo se apoia em diferentes referenciais teóricos para tentar compreender a dinâmica de produção de territórios turísticos. Do campo da História foram convocadas para a presente análise as reflexões produzidas por Nicolau Sevcenko (1998) a respeito das aceleradas e profundas transformações experimentadas pela cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX.

Da Geografia, foram utilizadas categorias propostas por dois autores: Remy Knafou (1996) e Milton Santos (1992, 1997). Do primeiro incorporou-se a ideia de “turistificação” (KNAFOU, 1996), ou seja, as operações desencadeadas por turistas, mercado e planejadores e promotores territoriais para criação da atividade turística. De Milton Santos foram integradas as categorias de “estrutura”, “processo”, “função”, “forma” (SANTOS, 1992) e “rugosidade” (SANTOS, 1997). Para este último autor, o espaço constitui “um produto social em permanente processo de transformação” e para estudá-lo “cumprir apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura” (1992, p. 49). Milton Santos salienta ainda, em outra obra (1997, p. 113), que as rugosidades são o

[...] que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.



O uso dessas categorias será feito para analisar a apropriação e produção de territórios para o turismo na cidade do Rio de Janeiro, especificamente na sua área central, de forma a demonstrar que seu processo de turistificação é longo e que esse território turístico se contraiu e se expandiu conforme a dinâmica de urbanização da cidade. Além disso, considera-se que a turistificação de trechos do território influencia e é influenciada por descrições e imagens que circulam em guias de viagens, fotografias e filmes, sendo resultado de complexos processos materiais e simbólicos operados por diversos agentes: empresas, governos, mídia e moradores. Ao longo do texto, as reflexões de outros autores serão igualmente incluídas nos fios da trama que compõem estas notas.

As fontes documentais utilizadas para este artigo são dois guias de viagem, um editado no final do século XIX (CABRAL, 1882) e outro produzido no século XX (EMBRATUR, 1979), durante o período da ditadura militar brasileira. O trabalho de pesquisa com essas fontes consistiu na leitura dos percursos sugeridos para visitação, buscando identificar atrativos que estivessem presentes em ambos os guias, mas também detectar aqueles que, na passagem do tempo entre uma publicação e outra, deixaram de ser mencionados ou, ao contrário, foram incluídos. A intenção foi comparar os elementos e trechos do território do centro da cidade do Rio de Janeiro que foram considerados turísticos em ambas as publicações, registrando permanências e rupturas, e tentando articulá-las com as categorias propostas por Milton Santos. É importante ressaltar que as duas publicações contêm gravuras, mapas e desenhos que não foram objeto das análises aqui apresentadas, exigindo tratamento à parte em ensejo posterior.

O Rio de Janeiro turístico do século XIX: um olhar para a cidade colonial

As duas últimas décadas do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, foram de aceleradas transformações socioculturais e político-econômicas. O município era, desde o início do século XIX, um importante entreposto comercial que escoava a produção da agromanufatura açucareira das freguesias vizinhas e da exploração do ouro e dos diamantes de Minas Gerais. Era também a porta de entrada dos produtos manufaturados oriundos do continente europeu e dos africanos escravizados que dali saíam em direção a outras partes do país. Sevcenko (1998), em estudo que examina o Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX, época em que o guia de Cabral (1882) foi escrito, já apontara que no Brasil o “papel de metrópole-modelo recai sem dúvida sobre o Rio de Janeiro, sede do governo, centro



cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país, atraindo tanto estrangeiros quanto nacionais”. O autor se apoia em textos dos escritores Machado de Assis e João do Rio para esmiuçar as características dessa vertigem, reportando-se ao que chama de “maré das mudanças que do hemisfério norte irradiava as tendências a que o restante do mundo se via na contingência de se ajustar” (SEVCENKO, 1998, p. 532). As tendências localizadas pelo mencionado historiador são principalmente as tecnológicas – as novas técnicas de construção; a eletricidade que alterou a iluminação pública e a circulação dos bondes; os novos meios de comunicação que permitiram uma maior rapidez à chegada das notícias; a imprensa ilustrada; e o cinema em vias de tornar-se uma realidade. As tendências de que nos fala Sevcenko incluem ainda aquelas de caráter comportamental, como as ‘elegâncias’, que “necessariamente deveriam ser francesas” (1998, p. 535), e que alteraram os padrões de gosto e a moda. Todas essas transformações amalgamaram-se cimentadas pelos ideais de modernidade e cosmopolitismo e vieram a se entretecer a outras que, no caso brasileiro, integravam o contexto da “desestabilização do Império, a criação da oposição republicana, o golpe de 89, a alteração da ordem econômica e financeira, a irrupção maciça de capitais, sobretudo ingleses e norte-americanos no país, a bandalheira especulativa do Encilhamento e a modernização acelerada e ‘a qualquer custo’ do país” (SEVCENKO, 1998, p. 532). É nesse cenário fervilhante que Alfredo do Valle Cabral publica o seu Guia à moda de um *travelogue*, aqui entendido como um registro pessoal de itinerários escrito por um habitante da cidade.

No que diz respeito ao desenvolvimento turístico do país no período, de acordo com Celso Castro:

No Brasil, foi apenas nas primeiras décadas do século XX que o turismo organizado começou a funcionar, tendo como principal centro a cidade do Rio de Janeiro. Surgiram os primeiros guias, hotéis turísticos, órgãos oficiais e agências de viagem destinados prioritariamente a atrair e a receber turistas (1999, p. 80-81).

No caso específico dos guias turísticos, sinalizando aspecto não contemplado nos estudos do supracitado autor, o “Guia do Viajante no Rio de Janeiro”, de Cabral, foi publicado ainda em 1882 pela Tipografia da Gazeta de Notícias e apresenta, em quase quinhentas páginas, pormenorizadas orientações para os que desejavam conhecer a cidade. Cobrindo da chegada até a partida do visitante, o documento fornece informações sobre hospedagem, transportes e, o que interessa em particular a este artigo, a sugestão de um roteiro de quatro dias pelos lugares que, à época, eram considerados de interesse para visitaçào.



Alfredo do Valle Cabral foi funcionário da Biblioteca Imperial e Pública, hoje conhecida como Fundação Biblioteca Nacional, tendo trabalhado na Seção de Manuscritos, a qual chegou a chefiar. Durante o período em que atuou nessa instituição, produziu catálogos e outros estudos sobre o acervo (FBN, 2021), que certamente iluminaram a escrita da obra em estudo neste artigo.

O guia inicia a apresentação da cidade pelo seu ícone mais famoso – o Pão de Açúcar. Descrito e ilustrado exaustivamente em obras de viajantes que aportaram no Rio de Janeiro em décadas precedentes e depois escrutinado por fotógrafos a partir do final do século XIX, esse elemento da paisagem acabou por tornar-se símbolo da cidade. O primeiro olhar sobre a capital do país que Cabral (1882) oferece remete assim às narrativas de quem alcançava a cidade principalmente pelo mar – é a visão do Rio do mar para o interior, consagrada em incontáveis gravuras e que permitia observar o afamado “Gigante adormecido”, figura que era divisada nas cadeias de montanhas que cortam o município e que tem seus pés formados justamente pelo Pão de Açúcar. Essa forma de olhar a cidade será alterada ainda no século XIX, a partir de gravuras e fotografias que mostram a urbe do alto e do interior para o mar. Em um primeiro momento, tomadas do alto dos diversos morros que circundavam a cidade, esses enquadramentos conheceram seu auge com as filmagens aéreas. Sevckenko (1998, p. 524) já nos chamou a atenção para a associação dessa técnica com o processo de “identificação entre metrópoles, tecnologia e comunicação visual” e a ideia de uma “vida moderna”. No caso do Rio de Janeiro, tão potente é esta última forma de olhar a cidade que ela prevalece, ainda hoje, em fotografias, filmes, cartões-postais e em toda sorte de materiais promocionais.

O roteiro de quatro dias prescrito por Cabral (1882) se desenrola pelo que é hoje percebido como região central, mas que durante um período considerável de tempo era toda a tessitura urbana. As edificações administrativas, religiosas e militares são os elementos e conjuntos de elementos que a publicação sugere para visita, deixando de lado os atrativos naturais, como as praias e florestas que, embora recomendados, eram considerados como arrabaldes, portanto fora dos limites da cidade. O foco recai sobre a “forma” (SANTOS, 1992) da cidade colonial que vai se espraiando e ocupando novas porções de terras durante o período imperial. Ao longo dos dias, o visitante que seguisse as prescrições do guia entraria em contato, sucessivamente, com diferentes núcleos de ocupação do espaço, da mesma maneira que com refuncionalizações de edificações, “processos” (SANTOS, 1992)



desencadeados desde o período colonial até o segundo reinado. A respeito dessa valorização da forma da cidade colonial, vale solicitar as reflexões de Sevckenko (1998, p. 534):

Mais curioso ainda, nessa miscelânea de emblemas que traduzem as novas relações de poder e prestígio, assumem um papel da maior importância as referências ao passado, e quanto mais remoto melhor, como efeito da insegurança crônica de uma nova gente que não tendo história por trás de si, precisa criar uma ilusão dela utilizando símbolos e recursos.

O primeiro dia do roteiro é dedicado ao Largo do Paço ou Praça D. Pedro II, denominações empregadas durante o Império para designar o que é hoje a Praça XV e redondezas; as edificações construídas principalmente nos séculos XVIII e início do XIX são recomendadas para visita: Paço Imperial, Secretaria de Agricultura, Chafariz de Mestre Valentim, Doca do Mercado, Alfândega, Arsenal de Marinha e Mosteiro de São Bento, entre outros (CABRAL, 1882). No segundo dia, o Guia recua no tempo e se debruça sobre as construções dos primórdios da ocupação da cidade, sugerindo passeio ao Morro do Castelo e cercanias, lugar para onde a povoação inicial – localizada no que é hoje o bairro da Urca – foi transferida após as primeiras invasões francesas. Entre os atrativos do roteiro nesse dia constavam: a Igreja de São Sebastião, antiga Sé do Rio de Janeiro, onde estavam os restos mortais de Estácio de Sá, fundador da cidade; a Igreja de Santo Inácio de Loyola; o Observatório Astronômico; o Pau da Bandeira, estação telegráfica de sinais para comunicação com os navios que chegavam ao porto; e o necrotério, cuja descrição ressalta os painéis em alto-relevo e os anjos fabricados em barro cozido (BASTOS, 2015, p. 16). Todos esses atrativos não mais existem, eliminados da paisagem após o desmonte do morro promovido na administração do prefeito Carlos Sampaio, no início da década de 1920, e que fez encolher essa porção do território turístico do município. No terceiro dia, o visitante se desloca para outro núcleo, pelos conjuntos de elementos formados, por um lado pelo Chafariz da Carioca, o Hospital da Ordem Terceira da Penitência, o Convento de Santo Antônio e a Igreja de São Francisco da Penitência, e por outro, pelo Aqueduto da Carioca, o Convento de Santa Teresa, o Passeio Público e o Convento da Ajuda. O quarto dia é dedicado à Igreja de São Francisco de Paula, o Gabinete Português de Leitura, a Academia de Belas Artes, o Teatro São Pedro de Alcântara, a Estátua Equestre de D. Pedro I, o Jardim do Campo de Santana, a Casa da Moeda e a Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II. Muitas dessas edificações foram desaparecendo paulatinamente nos processos de construção/demolição/reconstrução que se



operaram na capital brasileira; outras tiveram suas funções modificadas; outras ainda permanecem no tecido urbano, mas já não são consideradas prioritárias para visitaç o por parte dos turistas que afluem   cidade.

Esta última condi o nos leva a considerar que, uma vez que a “estrutura” (SANTOS, 1992) se refere a como a sociedade se comporta em determinado período de tempo e como esse comportamento se expressa no espaço,   razoável supor que a “estrutura” igualmente condicione as maneiras de perceber e comunicar os diferentes territórios; e que as mudanças no comportamento da sociedade ao longo do tempo, resultado de intrincadas disputas políticas e de representa es, produzam jogos de sombra e luz sobre o espaço. A leitura do Guia (CABRAL, 1882) permite inferir a existência de uma intencionalidade na maneira de apresentar a cidade, que frisa a trajetória histórica de sua ocupa o, dando a conhecer elementos e conjuntos de elementos considerados,   época, como dignos de visita o. Interessante notar que a publica o foi editada em período durante o qual ainda vigia a escravidão e as características que atestavam sua longa persistência na história do país ainda não haviam sido apagadas pelas sucessivas reformas urbanísticas, mesmo assim nenhuma linha   a ela dedicada.

Outro aspecto a ressaltar   que os guias de viagem perfazem novas leituras do espaço, colaborando assim na constru o simbólica de territórios para o turismo. Este processo acaba por atribuir novas “fun es” (SANTOS, 1992) a elementos e conjuntos de elementos, as quais se exercem concomitantemente: a igreja   lugar destinado   prática da espiritualidade e também se torna de interesse para visita o turística; o necrotério   o lugar onde se autopsiam e identificam os corpos, mas também afian a a civilidade do país.

O Rio de Janeiro do século XX: nova turistifica o do “Rio antigo”

Na década de 1970, durante o período desenvolvimentista-autoritário, o turismo, em consonância com o ideário produtivista do regime militar, foi enxergado de maneira utilitária; abrangido enquanto um setor econ mico relevante para o desenvolvimento do Brasil na ideologia racionalista da ditadura, sua ordena o foi efetivada “[...] inicialmente com a cria o da EMBRATUR,  rg o federal e logo com a implanta o de órgãos estaduais e municipais” (MÜLLER et al., 2011, p. 699). Pode-se falar, nesta década, em uma pseudodemocratiza o do turismo no país, procedente do aumento da malha rodoviária e na produ o de automóveis,



acessíveis à classe média da época, culminado com a construção de infraestruturas turísticas de acesso e hospedagem (CHEIBUB, 2014).

Em 1979, a então denominada Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), órgão do Executivo federal integrante da estrutura do Ministério da Indústria e Comércio, publicou o guia “Rio antigo – Roteiro turístico-cultural do centro da cidade”. A obra conta com ilustrações e mapas, sendo entremeadada de reproduções de anúncios, textos jornalísticos do século XIX e trechos extraídos de escritores como Carlos Drummond de Andrade e Érico Veríssimo, artistas como Chiquinha Gonzaga e Di Cavalcanti, viajantes como Saint-Hilaire e Burmeister, entre outros. Essa estratégia editorial pode ser compreendida a partir da chave de interpretação fornecida pelos usos políticos do passado e pelas seleções que são feitas sobre o que lembrar e o que esquecer. Além disso, ao acionar memórias coletivas que remetem à erudição e à arte, os organizadores do guia recobrem-se, por mimetismo, dessas características.

A publicação, produzida sob a influência direta e ideológica da ditadura militar, destinava-se ao público interno e, já em seu texto de apresentação, adverte o leitor de que o turismo

[...] tem considerável importância social, política e econômica [...]. Entretanto, esse instrumento carrega consigo riscos e ameaças à identidade das culturas nacionais, que precisam contar com mecanismos de defesa, preservação e promoção de seus valores culturais e de sua herança histórica (EMBRATUR, 1979, s.p.).

O texto enfatiza ainda que a iniciativa do órgão estatal visava “a uma correta informação ao público sobre ‘o que ver’, e por que fazer turismo interno” (EMBRATUR, 1979, s.p.).

Retomando o contexto de produção da obra, que fornece algumas pistas para compreender essas afirmações, o período da ditadura militar, que se estendeu de 1964 a 1985, foi o de uma intensa reelaboração da ideia de identidade nacional, a partir da seleção e atualização de determinadas “marcas”, como a natureza, o samba, o futebol e, de maneira privilegiada, o patrimônio histórico edificado. Nesse período, a construção e projeção, interna e externa, de uma intencional imagem do país, associaram-se à necessidade de assegurar que o regime ditatorial não apenas reconhecia a importância desses bens, mas igualmente atuava no sentido de preservá-los e protegê-los. Outra estratégia cara à ditadura militar brasileira era a de difundir a ideia de um país apaziguado, sem conflitos sociais e sem uma história



turbulenta, concepção que emerge em uma das frases na introdução do guia (EMBRATUR, 1979, p. 1): “Cidade sem inverno e portanto [sic] sem agasalho, obriga os seus ricos a conviver como carioca, isto é, democratiza-os a tal ponto que eles esquecem sua condição no mesmo cafezinho e na mesma festa popular”.

Santos (1992, p. 49) nos alerta que “sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial”, assim as sucessivas transformações pelas quais passou o centro da (ex)capital nacional, com o surgimento, o desaparecimento e a refuncionalização de objetos geográficos, foram apropriadas para o turismo por processos de turistificação igualmente sucessivos.

O Rio de Janeiro, que já havia sido sede do Vice-Reinado, capital do Império português e do Império brasileiro, mudou de *status* alguns anos após a publicação do guia de Alfredo do Valle Cabral. Em 1979, quando da publicação do roteiro, a cidade já havia sido e deixado de ser a capital da República. Somente essas mudanças e suas implicações já teriam sido suficientes para alterar sua “forma”; entretanto, no longo período decorrido entre 1882 e 1979, o centro carioca foi alvo de uma série de transformações ancoradas no binômio saneamento/embelezamento, que tiveram, entre outras repercussões, percursos de gentrificação³ de sua área central. A “derrubada” dos cortiços promovida pelo prefeito Pereira Passos para a abertura da Avenida Central, logo na primeira década do século XX, produziu uma ruptura da cidade com seu passado colonial e buscou sintonizá-la com os ideais de civilidade e modernidade representados por Paris. Saneamento e embelezamento forneceram, mais uma vez, as justificativas para as transformações ocorridas na década de 1920, com a derrubada do Morro do Castelo que, além de eliminar marcos importantes do período de fundação da cidade, igualmente botou abaixo as residências de aproximadamente cinco mil pessoas. Na década de 1940, mais um “bota-abixo” é realizado para a abertura da Avenida Presidente Vargas, eliminando da paisagem construções dos períodos colonial e imperial. Nos anos de 1950, o centro do Rio se verticaliza e adensa para, na década seguinte, quando deixa de ser a capital do país, experimentar um esvaziamento provocado pela perda de atividades políticas e administrativas (BASTOS, 2015).

3 Apesar da pluralidade de sentidos verificada pelo emprego indiscriminado da palavra, o conceito de gentrificação, cunhado por Ruth Glass (1964), “diz respeito ao fenômeno de modificação no perfil socioeconômico das pessoas residentes em espaços que passam por processos de reestruturação urbana e que outrora eram estigmatizados” (NASCIMENTO, 2019, p. 49).



O roteiro (EMBRATUR, 1979) divide a cidade em nove áreas, de forma a tentar dar conta dos novos espaços ocupados pela mancha urbana e dessas múltiplas intervenções pelas quais a região central passou. Inicia-se, assim como o guia de Alfredo do Valle Cabral, pela Praça XV e arredores, agora acrescidas de novos integrantes como, por exemplo, a estátua do General Osório e o Palácio Tiradentes. Alguns espaços mudam ou agregam funções, como é o caso do Cais Pharoux que, de local de desembarque de passageiros, passa a ser de interesse histórico e turístico. Na sequência, o roteiro apresenta o Largo da Carioca e arredores, confirmando como turísticos o Convento de Santo Antônio e a Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Nesse tópico, incorpora várias construções, como o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Justiça Federal e o Museu Nacional de Belas-Artes, que são emblemáticas do período de construção da Avenida Central, alargando a percepção do que é considerado turístico no centro urbano. Na área da Praça Mauá e adjacências, mais algumas permanências são observadas, como é o caso do Arsenal de Marinha e do Mosteiro de São Bento. No Largo de São Francisco são destacadas a Igreja de São Francisco de Paula e a Praça Tiradentes, com ênfase dada à estátua equestre de D. Pedro I. Na área do Passeio Público e Lapa, atrativos como os Arcos da Lapa, do século XVIII, são amalgamados a construções contemporâneas, como a Catedral Metropolitana de São Sebastião, para constituir um novo território turístico. Ao tratar da área da Praça da República e vizinhanças, a descrição se detém por dez páginas no Campo de Santana e nas construções instaladas nos seus arredores, como o Quartel do Corpo de Bombeiros, a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Casa da Moeda, o Museu do Exército e o Arquivo Nacional, alguns dos quais resultados de refuncionalizações. Da área da Avenida Presidente Vargas, o guia seleciona o que é permanência após a “demolição de construções”: o Palácio Itamarati, a Igreja da Candelária e a Alfândega, acrescentando elementos caros à ditadura militar, como o Palácio Duque de Caxias. Para a área da Gamboa, Saúde e proximidades, o roteiro se limita a elencar ruas e destaca o Cemitério dos Ingleses e o Obelisco da Praça Barão de Tefé, construído por ocasião do desembarque da imperatriz Teresa Cristina. Apenas uma breve referência é feita ao mercado de escravos. Para a última área, Cais do Porto e imediações, a publicação descreve ruas, sem sugerir atrativos além da Imprensa Nacional e da Igreja de Nossa Senhora da Saúde.

Os elementos e conjuntos de elementos presentes nos roteiros dos dois guias turísticos remetem às “rugosidades” de que nos fala Milton Santos, para quem



Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas (1997, p. 112-113).

Considerações Finais

As dimensões simbólicas dos processos de produção de espaços para o turismo na cidade do Rio de Janeiro carecem de estudos mais aprofundados que busquem se aproximar da forma como seus atrativos turísticos foram sendo “identificados”. A própria ideia de que atrativos turísticos são identificados, em vez de produzidos material e simbolicamente, é positivista por considerar o atrativo como algo dado, que permanece à espera de ser desvelado pelo olhar técnico. Todavia, esses atrativos são fruto de um longo processo de construção material e simbólica, resultado da ação de vários agentes sociais, inclusive alguns produzidos para outros propósitos que não o turístico e depois apropriados pela atividade turística.

Guias de viagem, mesmo aqueles que não são integrantes das ações de planejamento turístico, colaboram para criar narrativas que são apropriadas, ao longo do tempo, nos processos de produção dos territórios turísticos. A redação desses guias, assim como a elaboração de seus mapas e ilustrações, são frutos de processos de seleção e exclusão, lembrança e esquecimento, que vão reiterando ou obscurecendo determinadas “formas” do espaço.

As frequentes intervenções urbanísticas pelas quais passou o centro da cidade do Rio de Janeiro forneceram elementos que, elaborados em narrativas dos guias de viagem, foram sendo construídos como atrativos turísticos, em sucessivos processos de turistificação. Os guias de viagem estudados reproduzem um olhar que ziguezagueia no espaço e nos tempos acumulados na região central da cidade e firmam maneiras de olhar o patrimônio edificado.

Referências

- BASTOS, Denise de Moraes. **Um passeio pelo Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.
- BOULLON, Roberto C. **Planificación del espacio turístico**. México: Editorial Trillas, 1985.



CABRAL, Alfredo do Valle. **Guia do viajante no Rio de Janeiro**: acompanhado da planta da cidade, de uma carta das estradas de ferro do Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo e de uma vista do Dois Irmãos. Rio de Janeiro: Typ. Da Gazeta de Notícias, 1882.

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro, In: VELHO, Gilberto. **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 80-87.

CHEIBUB, Bernardo Lazary. Lazer e turismo: um ensaio epistemológico conjugado. In: Encontro Nacional de Turismo com Base Local – **Turismo e Transdisciplinaridade**: novos desafios. Niterói: Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense, 2010. P. 81-101.

D’ALESSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Projeto História**. São Paulo, v. 17, p. 269-280, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/779>. Acesso em: 10 fev. 2021.

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo. **Rio antigo** – Roteiro turístico-cultural do centro da cidade. Rio de Janeiro: AGS – Indústrias Gráficas S.A., 1979.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edegar Luís (org.). **Gestão pública do turismo no Brasil**: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul: Educs, 2014a.

_____. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual do Turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, s.87-s.96, nov. 2014b. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1018>. Acesso em: 12 out. 2020.

FBN - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **O descobridor encoberto da Biblioteca Nacional**: Alfredo do Vale Cabral. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/alfredoVale.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GLASS, Ruth. Introduction: aspects of change. In: Centre for Urban Studies (org.). **London**: aspects of change. London: Mackibbon and Kee, 1964.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. IN: RODRIGUES, Adyr. (Org). **Turismo e Geografia**: Referenciais teóricos e enfoques regionais. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MULLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa; RAMOS, Maria da Graça Gomes & GARCIA, Tania Elisa Morales. O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970. In: **Revista Encontros Científicos** – Tourism and Management Studies. N. especial, p. 639-653, 2011. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5018492>. Acesso em: 02 out. 2020.



NASCIMENTO, Bruno Pereira do. Gentrificação na zona portuária do Rio de Janeiro: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 45-64, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5716>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-620.

URRY, John. **The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies**. London: SAGE Publications, 1990.